

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: No apagar das luzes, Temer nomeia Marun para Itaipu.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: África oferece uma saída pragmática para o novo governo	3
Título: Militares assumem cargos na área econômica de Bolsonaro.....	4
Título: Subsídio termina, e Petrobras eleva preço do diesel nas refinarias em 2,5%	6
Título: No último dia, Temer nomeia Carlos Marun para conselho de Itaipu	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Veteranos do Haiti e paraquedistas chegam ao Planalto	9
Título: Com fim de subsídio, preço do óleo diesel tem alta de 2,5%.....	11
Título: É hora de rever os subsídios do setor elétrico	12
Título: Venezuela cede fatias do setor de energia em troca de ajuda da Rússia.....	15
Título: Veteranos do Haiti e paraquedistas chegam ao Planalto	16

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/01/2019****Seção: O País****Autor:****Título: No apagar das luzes, Temer nomeia Marun para Itaipu**

Remuneração em conselho de usina é de cerca de R\$ 27 mil, por reunião

Em um dos seus últimos atos como presidente da República, Michel Temer nomeou o ministro da Secretaria de Governo e um dos seus mais fiéis aliados, Carlos Marun, para a função de conselheiro de Itaipu Binacional. O jeton pago a os conselheiros da usina hidrelétrica é o mais elevado do Executivo federal: cerca de R\$ 27 mil por reunião. O colegiado se reúne apenas seis vezes por ano, mas podem acontecer encontros extraordinários. Pela Lei das Estatais, sancionada por Temer em 2016, Marun não poderia ser indicado para o conselho da empresa.

A legislação proíbe que pessoas com cargos políticos, como o de ministro, ocupem postos de direção nas estatais. Porém, a exoneração de Marun do ministério foi publicada ontem na mesma edição do Diário Oficial. Deputado federal pelo MDB, Marun tornou-se ministro de Temer em dezembro de 2017, ficando responsável pela articulação política. Um dos principais defensores do governo, Marun virou uma espécie de porta-voz de Temer.

PENTE-FINO

O mandato de Marun irá até maio de 2020. Ele substituirá o conselheiro Frederico Matos de Oliveira, que renunciou ao cargo na última semana. O presidente eleito Jair Bolsonaro planeja, para os cem primeiros dias de seu governo, rever atos dos últimos dois meses da gestão Temer. O governo quer uma avaliação minuciosa, por exemplo, da produtividade de conselhos e comitês dos quais cada pasta faça parte. No caso de Itaipu, o Ministério das Relações Exteriores tem um assento no conselho de administração.

Um levantamento com resultados e decisões deve ser elaborado para verificar a possibilidade de criação de estruturas mais enxutas. A indicação de aliados para o Conselho de Itaipu é uma prática comum dos últimos governos. O assunto chegou a ser explorado na campanha eleitoral de 2014. Na ocasião, o candidato do PSDB à Presidência, Aécio Neves, cobrou, em um debate de TV, da presidente Dilma Rousseff, que disputava a reeleição, a demissão do então tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, do Conselho de Administração da usina Itaipu Binacional. Também em 2014, outra nomeação para o conselho de Itaipu chamou atenção.

Pela primeira vez na História, um assento passou de pai para filho. Com a saída do emedebista Orlando Pessuti — ex-governador do Paraná — para concorrer às eleições daquele ano, quem assumiu o posto foi seu filho Orlando Moisés Fischer Pessuti. Pessuti pai chegou ao conselho como parte do acordo firmado em 2010 entre o PT e o PMDB para viabilizar a candidatura de Dilma Rousseff à presidência da República, tendo Michel Temer como vice.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Danilo Marcondes de Souza Neto e Mathias Alencastro

Título: África oferece uma saída pragmática para o novo governo

Opinião :

Danilo Marcondes de Souza Neto é doutorem Relações Internacionais pela Universidade de Cambridge; Mathias Alencastro é doutor em Ciência Política pela Universidade de Oxford e colunista da Folha

O futuro da política externa tem sido um dos temas mais discutidos após a eleição de Jair Bolsonaro.

Ainda não está claro como o governo vai conciliar a visão do secretário de comércio exterior Marcos Troyjo, que defendeu em diversas ocasiões uma maior integração dos Brics (bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e a ambição de alinhamento rigoroso aos Estados Unidos promovida pelo chanceler Ernesto Araújo.

Praticamente ignorada até agora, a relação com a África pode ser uma saída pragmática para os futuros dilemas de política externa do novo governo.

Embora a cooperação com o continente africano seja frequentemente associada ao governo Lula, as suas bases foram, como sabemos, reforçadas pelo regime militar.

Em 1975, o então presidente Geisel reconheceu a independência de Angola, liderada por um movimento de inspiração socialista. Anos depois, Figueiredo foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar a África. E o continente continuou sendo uma das principais áreas de atuação dos militares durante a Nova República.

Desde 2014, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil treina militares africanos para participação em operações de paz. Representações de defesa foram criadas em países africanos, tais como Senegal e Etiópia. A cooperação

naval com a Namíbia, iniciada nos anos 1990, está sendo replicada em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Alguns dos principais membros do novo governo conhecem a realidade africana. O general Santos Cruz, futuro ministro da Secretaria de Governo, esteve na missão da ONU na República Democrática do Congo, atualmente comandada pelo General Elias.

A recente escolha do almirante Bento, ex-presidente do conselho de administração da estatal Amazônia Azul, para ministro das Minas e energia reforça a importância do Atlântico Sul no quadro do futuro governo Bolsonaro.

O potencial da cooperação entre Brasil e África não se limita ao campo militar. Na luta contra o crime organizado, a parceria com governos da região merece prioridade.

Na última década, o Brasil passou a ter um papel central na rota do tráfico de drogas com destino à Europa via países como a Guiné-Bissau. Um modelo de cooperação em tomo da segurança e combate ao tráfico pode dar novo ímpeto a fóruns sub aproveitados como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Mais conhecidos pelas suas calamidades, alguns países africanos estão no centro de disputas geopolíticas que interessam ao Brasil. Alguns dos aliados em potencial de um futuro governo Bolsonaro constam entre os investidores mais ativos no continente africano.

Em particular, Israel está prestes a assegurar o estatuto de membro observador da União Africana e recentemente voltou a estabelecer relações com diversos governos locais. O Brasil continua tendo a possibilidade de se posicionar como terceira via para governos africanos que buscam equilibrar a sua dependência entre a China e os Estados Unidos. Para tanto, o futuro governo deve deixar de lado os eventuais preconceitos, e avançar para a formulação de uma política pragmática para África.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Alexa Salomão, Mariana Carneiro e Julio Wiziack

Título: Militares assumem cargos na área econômica de Bolsonaro

Caixa terá brigadeiro e ao menos mais dois nomes; discurso é o de evitar corrupção

Militares estão ocupando posições na economia com o discurso de evitar aparelhamento da máquina pública, escândalos de corrupção e desvios de recursos como os que contaminaram os governos do PT. As indicações partem de generais próximos a Jair Bolsonaro.

Para a Secretaria Especial da Receita, foi escalado o general da reserva José Carlos Nader Motta, que chefiou a área de economia e finanças do Exército até 2014.

Motta, no entanto, recusou o convite feito pelo titular da secretaria, Marcos Cintra, que queria o militar como seu chefe de gabinete. Mas o general alegou razões pessoais para não aceitar o cargo.

O nome de Motta chegou à área econômica pelo general da reserva Augusto Heleno, futuro ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

À Folha Heleno afirmou que ainda não falou com Guedes e Cintra e que deve indicar outro militar, entre os oficiais da reserva, para a função.

Para a Caixa Econômica Federal, foi designado o brigadeiro Mozart de Oliveira Farias. Ainda sem cargo definido, pode assumir como assessor da presidência da estatal ou ser indicado para o processo de seleção em uma vice-presidência. Pelo menos dois outros militares, do Exército e da Marinha, já foram selecionados para a Caixa.

Braço de políticas públicas do governo, o banco estatal ainda hoje é alvo de investigações do Ministério Público e da Polícia Federal por envolvimento de ex-executivos em operações fraudulentas com a finalidade de desviar recursos para políticos aliados como PT, PP e MDB.

Levantamento realizado pela Folha indicou que nem durante a ditadura houve registro de militares ocupando postos importantes na economia. O nome mais próximo do alto escalão foi o de Sérgio Faria Lemos, coronel da reserva que atuou como oficial de gabinete do então ministro Delfim Netto. Lemos, porém, não era considerado militar de carteirinha.

Economistas ligados à área de finanças públicas, que preferiram não ter o nome revelado, estranharam a presença de militares na área econômica, mas ponderaram que, como o alto escalão das Forças Armadas é composto por militares qualificados, seria preciso avaliar a experiência dos indicados e as funções que irão assumir. No entanto, a maioria considera que a manobra poderia, ao menos, conter a corrupção.

Em áreas correlatas à economia que no passado tiveram militares no comando não há registro de corrupção. Exemplo emblemático na história é o do militar e

político José Costa Cavalcanti. Ex-ministro de Minas e Energia e do Interior durante o governo do presidente Costa e Silva, foi o primeiro diretor-geral da usina de Itaipu, por indicação do então presidente Ernesto Geisel. Cavalcanti passou à reserva como general sem que se registrasse um único deslize ao longo de suas diferentes gestões.

Embora a estratégia de blindagem tenha partido do núcleo do presidente, teve o aval do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele próprio pediu indicação de militares para compor sua equipe, que ainda precisa de integrantes para o terceiro escalão.

Assim, chegou ao núcleo central da área econômica uma tática que já está sendo empregado em outros setores do governo, como infraestrutura e saúde — ambas foco de desvios de recursos e corrupção no passado.

Os militares estão sendo acionados para ocupar cargos que, no passado, foram alvo de aparelhamento e abriram caminho para irregularidades e corrupção, segundo assessores presidenciais. Militares já tinham posições-chave na infraestrutura, que esteve na mira da Operação Lava Jato. Segundo as investigações, obras como Angra 3 e a refinaria Abreu e Lima foram superfaturadas para investigar o desvio de recursos.

Para o ministério de Minas e Energia, foi escalado o almirante Bento Costa. Na pasta da Infraestrutura, assumirá Tarcísio Gomes de Freitas, que se formou na Escola Militar das Agulhas Negras, como Bolsonaro, e chefiou a engenharia do Exército.

O general da reserva Oswaldo Ferreira, que era cotado para a infraestrutura, foi enviado para o MEC (Ministério da Educação). Ele chefiará a gestão dos 40 hospitais das universidades federais.

Nem mesmo o quartel-general de Bolsonaro escapou dessa blindagem. Foi por isso que Bolsonaro indicou o general da reserva Santos Cruz para a Secretaria de Governo, responsável pela interlocução do Executivo com parlamentares e também pela área de publicidade e patrocínio do governo federal, a Secom (Secretaria de Comunicação Social).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Subsídio termina, e Petrobras eleva preço do diesel nas refinarias em 2,5%

A Petrobras elevará o preço do diesel em 2,5% nesta terça (1º), quando termina o programa de subvenção criado no fim de maio para encerrar paralisação dos caminhoneiros.

Segundo a estatal, o preço médio do combustível em suas refinarias passará a R\$ 1,8545 por litro, alta de R\$ 0,0457 por litro com relação ao vigente nesta segunda (31), último dia de subvenção.

A companhia diz ainda, em nota, que o novo preço é 11,75% inferior ao praticado no dia 31 de maio, o último antes da intervenção federal nos preços.

“Com o ajuste anunciado hoje [nesta segunda], há uma queda de 2,1% em 12 meses no preço médio do diesel comercializado pela Petrobras”, disse a estatal.

O programa de subvenção garantiu ressarcimento de até R\$ 0,30 por litro a empresas que se comprometessem a vender diesel a preços definidos pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Bio-combustíveis).

O governo Temer separou R\$ 9,5 bilhões para bancar o subsídio, mas, com a queda do petróleo e o recuo do câmbio após a eleição, a necessidade de recursos será menor.

O cenário favoreceu também o governo de Jair Bolsonaro, já que não haverá repique de preços com a retirada do subsídio.

Considerando que o preço cobrado pela Petrobras corresponde à metade do valor de venda do produto nos postos — o restante são impostos e margens de lucro —, o repasse ao consumidor ficaria em torno de R\$ 0,02 por litro.

A redução do preço do diesel foi uma das condições dos caminhoneiros para encerrar a paralisação. Entre outras exigências, estava a criação de uma tabela para o frete.

O petróleo do tipo Brent, referência no mercado internacional, teve em 2018 a primeira queda em três anos. O barril fechou o ano cotado a US\$ 53, redução de 21%.

Antes de despencar, a partir de outubro, o petróleo acumulava forte alta no ano, de 28%. Na máxima de fechamento diário, o barril negociado em Londres foi cotado a US\$ 86,29. Em três meses, a queda acumulada foi de 39%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 01/01/2019**Seção:** Poder**Autor:****Título:** No último dia, Temer nomeia Carlos Marun para conselho de Itaipu

Brasília - Antes de encerrar o mandato de presidente da República, Michel Temer (MDB) nomeou o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun (MDB), para a função de conselheiro de Itaipu Binacional. A decisão foi publicada no Diário Oficial nesta segunda-feira (31).

Defensor do então deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ) durante seu primeiro mandato na Câmara, Marun se tornou um dos principais aliados de Temer no Congresso, ganhando o apelido de cão de guarda do presidente.

No fim de 2017, foi nomeado para comandar a articulação política do Palácio do Planalto, à frente da Secretaria de Governo. Sua principal missão seria a de negociar a aprovação da reforma da Previdência. A tentativa, porém, não teve sucesso.

O mandato no conselho de administração de Itaipu terá validade até 16 de maio de 2020. Ele substituirá o advogado Frederico de Oliveira, servidor da Casa Civil.

Procurado pela Folha, Marun disse que o posto lhe interessava e que informou ao presidente que ele ficaria vago com o pedido de saída de Oliveira, publicada também nesta segunda-feira.

"Discuti com ele o assunto e disse que esta vaga me interessaria. Ele entendeu que eu possuo os predicados para o exercício da função e me nomeou", disse.

Marun afirmou que, com a nomeação, se afastará da política "por um tempo". Ele informou que renunciou ao mandato de deputado federal e que já pediu seu desligamento de funções que exercia no MDB.

A Lei das Estatais, sancionada por Temer em junho de 2016 para impedir ingerência política em empresas públicas, impede a indicação de ministros de estado a cargos de gestão nessas empresas.

Porém, também no Diário Oficial desta segunda, foi publicada a exoneração de Marun do cargo de ministro.

A regra sancionada por Temer estabelece também que a indicação é vedada para pessoa que atuou em estrutura decisória de partido político nos últimos

três anos. Marun é hoje terceiro vice-presidente da comissão executiva do MDB-MS.

A norma de governança das estatais traz ainda uma série de exigências para as nomeações. Entre elas, a necessidade de no mínimo dez anos de experiência na área de atuação da empresa pública, ou quatro anos em cargo de companhia com porte semelhante, ou quatro anos de experiência como profissional liberal em atividade ligada a essa mesma área.

Marun é engenheiro civil e advogado. Além de deputado federal, já foi deputado estadual e vereador. Nos últimos meses, ele vinha dizendo que deixaria a vida pública após o encerramento do mandato de Temer e passaria a atuar como advogado.

Neste mês também, o presidente indicou o aliado André Moura (PSC-SE), líder do governo no Congresso Nacional, para uma vaga de diretor da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Nesta segunda-feira, começaram a ser publicadas as exonerações da atual administração, como a do secretário-geral das Relações Exteriores. Elas serão finalizadas na terça-feira (1º), com a demissão de todo o primeiro escalão.

Bernardo Caram e Gustavo Uribe

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/01/2019

Seção: Política

Autor: Marcelo Godoy

Título: Veteranos do Haiti e paraquedistas chegam ao Planalto

Militares da equipe de Jair Bolsonaro têm em comum o trabalho na força da ONU no Caribe ou a formação em brigada com sede no Rio

Os veteranos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) chegam ao poder com Jair Bolsonaro. Entre os sete generais do Exército escolhidos para cargos que vão da secretaria de Esportes ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) estão seis ex-participantes das forças da ONU que atuaram no país caribenho de 2004 a 2017. "Essa experiência foi fundamental para a atual geração de oficiais do Exército brasileiro", disse o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, primeiro comandante das tropas no Haiti e ministro-chefe do GSI.

Heleno teve na Minustah como seus subordinados do Estado-Maior os então coronéis Floriano Peixoto Vieira Neto, Fernando Azevedo e Silva e Marco

Aurélio da Costa Vieira. No governo Bolsonaro, o general Floriano será o 2.º na hierarquia da Secretaria-Geral da Presidência; o general Azevedo e Silva, o ministro da Defesa e o general CostaVieira, o secretário dos Esportes. Os dois últimos comandaram ainda a Brigada Paraquedista. Azevedo e Silva era o Alpha Uno 27 e seu colega, o Alpha Uno 26, como são designados os comandantes dessa tropa, segundo a ordem em que assumiram a unidade.

Heleno, outro paraquedista, ressaltou que a temporada haitiana deu ao Exército experiência na gestão logística durante crises. "Isso não era uma atividade que fosse de pleno conhecimento nosso." Para ele, um dos líderes do grupo de militares de Bolsonaro, na Minustah cada oficial "pôde conhecer suas capacidades". O chefe do GSI testemunhou a morte em ação do primeiro integrante da Minustah, um soldado cingalês, como é relatado no livro A República Negra, de Luís Kawaguti.

O trabalho na ilha reforçou laços não só entre os oficiais superiores. "O Haiti nos deu lições de liderança, desde as pequenas frações, que se tornavam cada vez mais unidas, formando um espírito de corpo, de camaradagem importante", disse Heleno. Ou como um integrante do atual Alto Comando do Exército lembrou: "São todos (os generais) muito amigos. Esse pessoal é um bando de irmãos", referindo-se à obra do historiador Stephen Ambrose, Band of Brothers, que inspirou a série da HBO sobre uma unidade paraquedista americana na 2.ª Guerra Mundial.

"É uma geração de oficiais-generais testada ao longo da carreira em situações de crise – nacional ou internacional –, de alto teor de instabilidade. É gente preparada. E o Bolsonaro conhece todos, pois a maioria é da geração dele." Turma. O presidente, formado em 1977 na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), é paraquedista, teve como instrutor no Exército o general Heleno e como contemporâneos de academia quase todos os generais escolhidos.

Três deles são da turma formada em 1976: Azevedo e Silva, Floriano Peixoto e Guilherme Cals Theophilo (Secretaria Nacional de Segurança), todos também paraquedistas. Assim, o trabalho no Haiti reforçou laços de camaradagem que já existiam antes e tinham como uma das origens o fato de a maioria ter formação paraquedista adquirida na brigada dessa especialidade, com sede no Rio. "São todos paraquedistas, forças especiais ou passaram pelo Haiti", confirmou o general Sebastião Roberto Peternelli, eleito deputado federal pelo PSL e veterano do Haiti, onde serviu no Estado-Maior da tropa comandada por Heleno.

Peternelli é outro paraquedista e integrante da turma da Aman de 1976, assim como seu colega e também deputado federal eleito pelo PSL-RN, Eliéser Girão Monteiro Filho. Também é paraquedista o vice-presidente, Hamilton Mourão.

Só há uma exceção entre os generais de Bolsonaro que não calçou o coturno marrom da unidade. Trata-se de Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo), que, em compensação, tem no currículo os cursos de Comandos e Guerra na Selva.

Santos Cruz comandou o Haiti de 2006 a 2009, após Heleno. Se este foi responsável pela pacificação da comunidade de Bel Air, foi Santos Cruz quem concluiu o trabalho em Cité Soleil, ambas em Porto Príncipe, a capital do país. Floriano Peixoto voltou ao Haiti para comandar a Minustah e estava na ilha quando um terremoto a devastou em 2010, deixando mais de 316 mil mortos, entre eles 18 militares brasileiros e Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança.

Além da origem paraquedista e da Minustah, outro fator que aproxima os oficiais ligados a Bolsonaro foi o envolvimento na segurança de grandes eventos, como a Copa do Mundo e a Olimpíada, caso dos generais Azevedo e Silva e Costa Vieira. Há ainda no governo um oitavo oficial-general, o **Almirante Bento Costa Lima (Minas e Energia)**; um oficial da Aeronáutica, o tenente-coronel Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia); e dois ministros com formação militar: Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), que esteve no Haiti como

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/01/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Com fim de subsídio, preço do óleo diesel tem alta de 2,5%

Com reajuste, diesel passa a custar R\$ 1,8545 nas refinarias da Petrobrás, um aumento de R\$ 0,0457

A Petrobrás informou ontem que, por causa do fim do subsídio ao óleo diesel, negociado durante a greve dos caminhoneiros, em maio, com prazo de validade até 31 dezembro, o preço do combustível será elevado em 2,5% a partir de hoje. Com isso, o preço médio nacional de comercialização do diesel nas refinarias e terminais da estatal passa a ser de R\$ 1,8545 por litro, um aumento de R\$ 0,0457 por litro.

Pelo acordo fechado em maio, o governo concedia um subsídio de R\$ 0,30 por litro do diesel, além de ter reduzido em R\$ 0,16 os tributos Cide e PIS/Cofins incidentes sobre o produto, para garantir uma queda total de R\$ 0,46 por litro no preço ao consumidor. Foi uma das condições acertadas com os caminhoneiros para colocar fim à paralisação que durou onze dias.

De acordo com a Petrobrás, o novo preço, que entrou em vigor à zero hora desta terça-feira, "é inferior em 11,75% ao de 31 de maio, de R\$ 2,1016, o último antes do início do programa governamental". "Essa alteração é consequência da variação do câmbio e do preço internacional do diesel no período", explicou a estatal, em nota. Segundo a Petrobrás, o preço médio que será praticado a partir de hoje também é R\$ 0,1771 menor do que o primeiro valor estabelecido após a decisão de se subsidiar o combustível, que foi de R\$ 2,0316 em 1.º de junho.

"Com o ajuste anunciado hoje (ontem), há uma queda de 2,1% em 12 meses no preço médio do diesel comercializado pela Petrobrás", afirmou a empresa. De acordo ainda com a estatal, o novo preço representa cerca de metade do valor do diesel vendido nos postos, já que, no preço final ao consumidor, são adicionados os tributos, o custo do biodiesel e as margens de distribuidoras e revendedores.

Saída. Por conta da queda do preço do petróleo no mercado internacional nos últimos meses, já havia uma discussão dentro do governo de Michel Temer de adiantar o fim da subvenção, o que acabou não ocorrendo. Agora, a manutenção ou não desse subsídio ficou nas mãos do governo de Jair Bolsonaro, que toma posse hoje. Em entrevista ao Estadão Broadcast na semana passada, o ministro da Fazenda de Temer, Eduardo Guardia, defendeu uma saída gradual do programa.

"Não tem recursos no Orçamento para isso (a manutenção dos subsídios)", disse Guardia. "Hoje, com o cenário de preços de petróleo e câmbio, poderia fazer uma saída gradual desse programa. Mas eu não vou dar recomendação ao próximo governo. O subsídio acaba no dia 1.º." / COLABOROU ADRIANA FERNANDES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/01/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Rutelly Marques da Silva

Título: É hora de rever os subsídios do setor elétrico

Segundo a Aneel, os consumidores de energia elétrica pagarão em 2019, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), cerca de R\$ 20 bilhões para custear subsídios destinados a consumidores de baixa renda, consumidores localizados nos chamados sistemas isolados, atividade rural, irrigantes, empresas de saneamento, termoeletricas a carvão mineral, pequenas empresas de distribuição e geradores e consumidores livres de fontes alternativas de geração.

A Consulta Pública n.º 45, de 2018 (CP 45), **do Ministério de Minas e energia (MME)**, revela características desses subsídios. Salvo algumas exceções, não têm relação direta com o setor elétrico, como os destinados ao saneamento, à atividade rural e à irrigação; não têm objetivos claros, metas, acompanhamento, prazo e portas de saída; não são focalizados nos mais pobres; não exigem contrapartidas; e apresentam distorções econômicas, sociais e ambientais.

Pagamos tarifa de energia elétrica mais cara para termos tarifa de água mais barata; não sabemos as características sociais e econômicas dos beneficiários de alguns subsídios, como os destinados à atividade rural e à irrigação, porque não é possível identificar quantos desses beneficiários são da agricultura familiar; um irrigante tem energia elétrica subsidiada sem precisar comprovar a outorga para captar água do rio; damos subsídio às empresas de médio porte comprarem energia elétrica de fontes alternativas e deixamos o mercado regulado, que atende o segmento residencial, pagar a maior parte da conta.

Apesar do valor expressivo, poucas são as propostas concretas para enfrentar a escalada desses subsídios. Mas são comuns propostas legislativas que acentuam esse movimento de elevação, como as destinadas a assegurar o desenvolvimento de determinada fonte de geração eletricidade. Trata-se de algo contraditório com a realidade que vivemos e que parece ignorar as distorções causadas no funcionamento do setor.

Considerando que, em termos econômicos, os subsídios tarifários equivalem a um imposto para quem paga e a uma subvenção estatal para quem recebe, identificamos neles desconhecimento com a Constituição, porque estão em contradição com: 1) Os princípios tributários, tais como seletividade, progressividade e capacidade econômica do contribuinte.

As seguintes situações são ilustrativas: o valor pago por cada consumidor para custear os subsídios não é afetado por sua renda, ou seja, não observa a capacidade econômica do pagante; e os consumidores de menor renda subsidiam energia elétrica para outros de maior renda, o que atenta contra a progressividade. Consumidores têm questionado judicialmente as elevadas alíquotas de ICMS, alegando que infringem o princípio da seletividade em razão da essencialidade do produto.

Se a energia elétrica, por ser um bem essencial, não pode ser tributada com alíquotas elevadas de ICMS, é incoerente incorporar nas tarifas o custo de subsídios que, em vários casos, simplesmente não têm relação com o serviço. A distorção é agravada pelo fato de esse custo compor a base de cálculo dos tributos incidentes sobre a energia elétrica. 2) A determinação de que o gasto

público está sujeito a um teto e a diretrizes, metas, acompanhamento e avaliação de resultados.

Essas orientações não são aplicadas aos subsídios do setor elétrico, principalmente porque, conforme abordado na CP 45, nem sequer há clareza do que se busca atingir com determinados subsídios. 3) A orientação de o Estado promover a redução de desigualdades e o serviço público eficiente e adequado. A CP 45 revela, por exemplo, que consumidores de menor poder aquisitivo pagam valor maior pela energia a para grandes produtores rurais pagarem menos ou para grandes empresas comparem, com subsídio, eletricidade de fontes alternativas.

Além disso, os subsídios provocam ineficiências, porque elevam artificialmente o preço da energia elétrica, induzindo o consumidor a gastar em ações que não seriam necessárias, como a migração para a autoprodução de energia. Diante da possibilidade de driblar as regras aplicadas aos gastos públicos, ficar livres das amarras aplicadas à tributação e, sobretudo, não ser alcançados pelas limitações fiscais do Estado, grupos de interesse com poder de pressão procuram obter benefícios na forma de subsídios nas tarifas elétricas, repassando o custo aos demais consumidores.

Essa estratégia tende a ser mais utilizada num cenário de ajuste fiscal. A perpetuação do modelo atual de subsídios no setor elétrico aprofunda a concentração de renda. Para passarem de pagantes a beneficiárias dos subsídios, médias e grandes empresas podem comprar energia elétrica de fontes renováveis no mercado livre ou investir em autoprodução. Os consumidores de maior poder aquisitivo, por sua vez, podem investir na microgeração e na minigeração distribuídas.

Já aos consumidores mais pobres só resta arcar com o custo do volume crescente de subsídios decorrente dessas ações. É preciso urgentemente enfrentar, de forma estrutural, as injustiças e distorções do modelo de subsídios do setor elétrico. Os subsídios sem relação direta com o setor elétrico deveriam ser eliminados ou transferidos gradualmente para o Orçamento Geral da União.

Isso permitiria que a sociedade, por intermédio de seus representantes eleitos, decidisse a melhor alocação para os recursos públicos. Só deveriam ser incluídos nas tarifas os subsídios relacionados diretamente ao setor elétrico, desde que tenham objetivos claros, prazos e metas e estejam sujeitos a contrapartidas e a critérios econômicos, sociais e ambientais.

Nesse sentido, a decisão do MME, anunciada em 19/12/2018, de propor um decreto que elimina gradualmente alguns descontos tarifários cobertos pela

CDE está no caminho certo e deveria servir de motivação para outros avanços no combate às distorções provocadas pelos subsídios.]

CONSULTOR LEGISLATIVO, FOI SECRETÁRIO ADJUNTO DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E DIRETOR DE PROGRAMAS DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MME

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/01/2019

Seção: Internacional

Autor: Anthony Faiola Karen DeYoung THE WASHINGTON POST / CARACAS

Título: Venezuela cede fatias do setor de energia em troca de ajuda da Rússia

Conexão russa. Putin aproveita a necessidade de Maduro financiar o próprio regime para vender armas em troca de petróleo e de partes de empresas estatais venezuelanas; objetivo é projetar poder e driblar as sanções econômicas impostas pelos EUA

Como aliada, a Venezuela sai barato para a Rússia. Mas o retorno do investimento pode ser incalculável. Em troca de empréstimos modestos e resgates, o governo russo tem agora partes significativas de cinco campos de petróleo na Venezuela, além de 30 anos da produção futura de dois campos de gás natural no Caribe. Em dificuldades financeiras, o governo de Nicolás Maduro também transferiu a posse de mais de 49,9% da Citgo, sua subsidiária nos EUA – incluindo refinarias e oleodutos – como garantia para a estatal russa Rosneft, por US\$ 1,5 bilhão em dinheiro.

Assessores russos já trabalham dentro do governo venezuelano, ajudando nas tentativas de Maduro de resgatar o país da falência. Eles ajudaram a planejar este ano a introdução de uma criptomoeda, o "petro", para manter os pagamentos de petróleo, evitando sanções dos EUA sobre as transações em dólares. A ainda formidável força de defesa da Venezuela, ex-cliente exclusivo dos EUA, está agora equipada com armas, tanques e aviões russos, financiados com envio de petróleo pré-pago a clientes da Rússia.

Em 2017, Maduro ridicularizou a ameaça do presidente Donald Trump de derrubá-lo, dizendo que a Venezuela, com ajuda russa, havia se transformado em uma "fortaleza" defensiva. Sob o governo de Vladimir Putin, a Rússia se restabeleceu como um importante ator no Oriente Médio, um influente agente na Ásia e um fornecedor global de armas cada vez mais sofisticadas.

Ao se tornar patrono da Venezuela, enquanto suga seus recursos, Putin não só cutucou os EUA, mas cresceu em sua autoproclamada reputação em casa como o homem que está devolvendo à Rússia o status de superpotência, perdido com

a queda da União Soviética. Objetivo. "Para a Rússia, a criação de um posto político avançado nas Américas é uma vitória estratégica", disse Eric Farnsworth, vice-presidente do Council of the Americas and Americas Society, centro de estudos com sede em Washington.

"A Rússia não se importa com a sobrevivência do regime de Maduro", disse. "Ele é um meio para se obter um fim. O objetivo é projetar poder, acabar com as sanções que o Ocidente impôs e criar dificuldades para os EUA. Se, no final das contas, eles se mostrarem um parceiro não confiável, mesmo perdendo alguns bilhões de dólares, talvez esteja tudo bem." Avanço militar.

No início de dezembro, dois bombardeiros russos Tu-160 de longo alcance e com capacidade nuclear chegaram ao Aeroporto Internacional de Maiquetía, nos arredores de Caracas, com oficiais militares da Venezuela enfileirados para saudar e apertar as mãos dos pilotos. Em seguida, russos e venezuelanos participaram de exercícios militares conjuntos. "Os aviões russos que transportam mísseis voaram ao lado dos caças (Sukhoi) Su-30 e F-16 da Força Aérea venezuelana", informou um comunicado do Ministério da Defesa da Rússia.

"Os pilotos dos dois países praticaram interação no ar enquanto lidavam com tarefas de voo, incluindo um exercício de 10 horas em todo o Caribe", detalhou o comunicado. "Isso nós faremos com nossos amigos, porque temos amigos no mundo que defendem relações respeitadas e equilibradas", afirmou o ministro da Defesa venezuelano, Vladimir Padrino. Apesar da presença russa no Caribe, a visita desencadeou apenas uma rusga diplomática com os EUA.

O secretário de Estado americano, Mike Pompeo, declarou que os voos são pouco mais do que um "desperdício de fundos públicos" por "dois governos corruptos". O porta-voz de Putin, Dmitri Peskov, considerou "inaceitáveis" as declarações de Pompeo e disse que "provavelmente não é muito apropriado que um país faça tais afirmações quando metade de seu orçamento de defesa pode alimentar toda a África". / TRADUÇÃO DE CLAUDIA BOZZO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/01/2019

Seção: Política

Autor: Marcelo Godoy

Título: Veteranos do Haiti e paraquedistas chegam ao Planalto

Militares da equipe de Jair Bolsonaro têm em comum o trabalho na força da ONU no Caribe ou a formação em brigada com sede no Rio

Os veteranos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) chegam ao poder com Jair Bolsonaro. Entre os sete generais do Exército escolhidos para cargos que vão da secretaria de Esportes ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) estão seis ex-participantes das forças da ONU que atuaram no país caribenho de 2004 a 2017. "Essa experiência foi fundamental para a atual geração de oficiais do Exército brasileiro", disse o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, primeiro comandante das tropas no Haiti e ministro-chefe do GSI.

Heleno teve na Minustah como seus subordinados do Estado-Maior os então coronéis Floriano Peixoto Vieira Neto, Fernando Azevedo e Silva e Marco Aurélio da Costa Vieira. No governo Bolsonaro, o general Floriano será o 2.º na hierarquia da Secretaria-Geral da Presidência; o general Azevedo e Silva, o ministro da Defesa e o general Costa Vieira, o secretário dos Esportes. Os dois últimos comandaram ainda a Brigada Paraquedista. Azevedo e Silva era o Alpha Uno 27 e seu colega, o Alpha Uno 26, como são designados os comandantes dessa tropa, segundo a ordem em que assumiram a unidade.

Heleno, outro paraquedista, ressaltou que a temporada haitiana deu ao Exército experiência na gestão logística durante crises. "Isso não era uma atividade que fosse de pleno conhecimento nosso." Para ele, um dos líderes do grupo de militares de Bolsonaro, na Minustah cada oficial "pôde conhecer suas capacidades". O chefe do GSI testemunhou a morte em ação do primeiro integrante da Minustah, um soldado cingalês, como é relatado no livro *A República Negra*, de Luís Kawaguti.

O trabalho na ilha reforçou laços não só entre os oficiais superiores. "O Haiti nos deu lições de liderança, desde as pequenas frações, que se tornavam cada vez mais unidas, formando um espírito de corpo, de camaradagem importante", disse Heleno. Ou como um integrante do atual Alto Comando do Exército lembrou: "São todos (os generais) muito amigos. Esse pessoal é um bando de irmãos", referindo-se à obra do historiador Stephen Ambrose, *Band of Brothers*, que inspirou a série da HBO sobre uma unidade paraquedista americana na 2.ª Guerra Mundial.

"É uma geração de oficiais-generais testada ao longo da carreira em situações de crise – nacional ou internacional –, de alto teor de instabilidade. É gente preparada. E o Bolsonaro conhece todos, pois a maioria é da geração dele." Turma. O presidente, formado em 1977 na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), é paraquedista, teve como instrutor no Exército o general Heleno e como contemporâneos de academia quase todos os generais escolhidos.

Três deles são da turma formada em 1976: Azevedo e Silva, Floriano Peixoto e Guilherme Cals Theophilo (Secretaria Nacional de Segurança), todos também

paraquedistas. Assim, o trabalho no Haiti reforçou laços de camaradagem que já existiam antes e tinham como uma das origens o fato de a maioria ter formação paraquedista adquirida na brigada dessa especialidade, com sede no Rio. "São todos paraquedistas, forças especiais ou passaram pelo Haiti", confirmou o general Sebastião Roberto Peternelli, eleito deputado federal pelo PSL e veterano do Haiti, onde serviu no Estado-Maior da tropa comandada por Heleno.

Peternelli é outro paraquedista e integrante da turma da Aman de 1976, assim como seu colega e também deputado federal eleito pelo PSL-RN, Eliéser Girão Monteiro Filho. Também é paraquedista o vice-presidente, Hamilton Mourão. Só há uma exceção entre os generais de Bolsonaro que não calçou o coturno marrom da unidade. Trata-se de Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo), que, em compensação, tem no currículo os cursos de Comandos e Guerra na Selva.

Santos Cruz comandou o Haiti de 2006 a 2009, após Heleno. Se este foi responsável pela pacificação da comunidade de Bel Air, foi Santos Cruz quem concluiu o trabalho em Cité Soleil, ambas em Porto Príncipe, a capital do país. Floriano Peixoto voltou ao Haiti para comandar a Minustah e estava na ilha quando um terremoto a devastou em 2010, deixando mais de 316 mil mortos, entre eles 18 militares brasileiros e Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança.

Além da origem paraquedista e da Minustah, outro fator que aproxima os oficiais ligados a Bolsonaro foi o envolvimento na segurança de grandes eventos, como a Copa do Mundo e a Olimpíada, caso dos generais Azevedo e Silva e Costa Vieira. Há ainda no governo um oitavo oficial-general, **o almirante Bento Costa Lima (Minas e energia)**; um oficial da Aeronáutica, o tenente-coronel Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia); e dois ministros com formação militar: Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), que esteve no Haiti como engenheiro, e Wagner Rosário (Transparência).

MME / ASCOM .